



Novo Ministério ou nova crise?

Menos de 24 horas antes de tomar posse, o Quinto Governo é precedido por um «documento» que o perturba, indiscutivelmente, na arrancada para a acção. Trata-se de um texto crítico e de uma plataforma política proposta pelos chamados «não radicais» Melo Antunes, Vítor Crespo e Vítor Alves e Sousa e Castro, mas onde se apoiam opiniões mais extremadas como se conclui pela presença, no grupo dos signatários, do major Aventino Teixeira.

O «documento» — não apoiado por Otelo Saraiva de Carvalho, segundo comunicado nocturno do COPCON e condenado como divisionista em comunicado matutino do Directório — surge como um prefácio de crise político-militar que daqui em diante será a área de controvérsia da linha e da profundidade de acção governamental. À proposta contestatória terão aderido, entre outros oficiais, dois comandantes de regiões militares — os brigadeiros Franco Charais e Pezarat Correia — e, facto igualmente significativo, ela vem em cima, ainda que indirectamente, da moção do Q. P. da Região Militar do Norte, Centro, Norte e Sul, em termos de estruturação administrativa militar, têm assim presença em destaque nos acontecimentos.

A própria fórmula governamental parece também prejudicada por si mesma e de algum modo comprometida, pela recusa de Otelo Saraiva de Carvalho a assumir o cargo de Vice-Primeiro-Ministro. Com efeito, Otelo sublinhou com grande veemência a disparidade hierárquica, no aparelho de Estado, dos membros do triunvirato a que a Assembleia do M. F. A. entendia dever ser confiada a direcção política do País.

Restava a hipótese de dar ao prof. Teixeira Ribeiro a nomeação de outro ou outros parceiros militares, e avançou-se um nome: o do major Arnão Metelo. Mas poderá Arnão Metelo assegurar no Governo a presença do COPCON nas decisões da administração central? E esse é um dos pontos-base para uma acção



RENASCENÇA GRÁFICA, S. A. R. L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
E PUBLICIDADE
RUA CASTILHO 185 1.º 2.º E 4.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDAÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5 320271/2/3
RUA DA ROSA, 57
END. TEL. OIBOA TELFA 12363
LISBOA PORTUGAL



Continuação da pág. 1

governativa actuante e o nó górdio da diplomacia dos futuros bastidores.

Se para os Negócios Estrangeiros foi encontrada uma solução hábil e promissora, dada a experiência e o êxito do dr. Mário Ruivo nas negociações internacionais, já noutros postos ministeriais as definições e as perspectivas se afiguram menôs claras e por vezes surpreendentes. A saída de João Cravinho, por exemplo, perturba; e, da mesma forma, não se antevê que a substituição de João Martins Pereira pressagie algo de vantajoso. Contudo aos novos nomes que encabeçam o Comércio Interno e Externo, há que contudo abrir um crédito de esperança e uma caução compreensiva para os problemas que os aguardam num futuro próximo difícil.

Escolhendo um juiz para titular da pasta da Justiça corre-se o risco, acaso voluntário, de se tecnocratizar a política desse Ministério. Certo. Mas tecnocratizar ou burocratizar? A nuance importa, a várias razões — é dela que depende muito da «ordenação» de competências e da capacidade executiva daquela pasta.

Noutros casos, as negociações para a constituição do Gabinete recorreram a individualidades da Função Pública — Macaísta Malheiro, Quitério de Brito e Oliveira e Sá; a intenção parece aqui, uma vez mais, de criar sistematização orgânica em sectores cuja acção se revelou descompassada e por vezes anárquica. Meios, saneamento e articulações várias definirão o acerto da decisão.

Do ponto de vista partidário, o M. D. P./C. D. E. será o único sector da coligação a manter as posições no Governo sem diminuição de grau de representatividade — e isso, apesar de se aludir a um «distanciamento» de Pereira de Moura. O mesmo se diria do Partido Comunista, se a presença do secretário-geral Álvaro Cunhal não tivesse um significado carismático que torna relevante o seu afastamento do Governo. Todavia, a designação do socialista independente prof. Teixeira Ribeiro vem contribuir para restabelecer o equilíbrio, como homem que é aberto ao diálogo com marxistas e, entre esses, com especialistas da craveira de Vital Moreira ou Avelãs Nunes, seus ex-alunos em Coimbra.

É pois, numa clima de incerteza que o novo Governo assume responsabilidades. Pede-se-lhe acção, autoridade, engenho diplomático. Mas o problema político-militar prevalece e não se resolve por uma recomposição em si mesma, ainda que meditada, trabalhada — e, à última hora, «contestada». Confiamos na sagesa política das partes divergentes nos centros de decisão da vida nacional para que se crie um imediato ponto de arrefecimento neste capítulo inicial da nova fase do País. Só assim, o Governo pode pôr em prática as suas capacidades. E unir, estabelecer convergência e futuro. Só assim, ele pode assumir a responsabilidade de uma estratégia económica e política que avance um Portugal democrático e pluralista.